

## 24º CONGRESSO DO ANDES-SN

# Unidade e Independência da Classe Trabalhadora: Direitos Sociais e Projeto de Emancipação

No período de 24 de fevereiro a 1 de março, ocorrerá o 24º Congresso do Andes-SN, na cidade de Curitiba.

Três temas candentes devem monopolizar as discussões nos grupos de trabalho e nos corredores do evento: **a contra-reforma da educação superior; a filiação à CUT e o sindicato chapa branca. Leia neste boletim textos sobre estes temas.**

Os delegados da Adunicamp, que deverão



nos representar, levando ao Congresso as posições aprovadas em nossa assembléia, estarão contribuindo para esses debates e para a definição de rumos a serem tomados pelo nosso Sindicato Nacional.

A participação na Assembléia, marcada para o dia 17 de fevereiro, é muito importante. Elegeremos nossos delegados, dando-lhes os eixos fundamentais para que possam nos representar adequadamente.

## ASSEMBLÉIA GERAL DE DOCENTES

**Dia 17/02 (quinta-feira) - 12h00 - Auditório da Adunicamp**

**Pauta:**

- 1) Escolha de delegados para o 24º Congresso do Andes-SN;**
- 2) Discussão e deliberação sobre teses do Congresso.**

# A contra-reforma da educação superior

Como vimos denunciando desde o início do ano passado, o projeto de destruição – pelo sucateamento e privatização – da Universidade Pública já está bastante adiantado, com o governo federal obedecendo fielmente os ditames do FMI e do Banco Mundial. Esse projeto foi “fatiado” pelo governo, em vários projetos paralelos, apresentados como se desvinculados entre si e sem conseqüências diretas para o futuro da Universidade brasileira. Todas as *fatias* destroem a autonomia universitária, elemento essencial e indispensável a uma instituição em que a liberdade de pensamento é fundamental; nesse projeto governamental, a autonomia é transformada em liberdade para buscar recursos financeiros onde e como puder.

Relembrando (para maiores detalhes, consultar a página e as publicações da Adunicamp em 2004):

- ▶ o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) retira da instituição o poder de decidir como serão seus processos de avaliação institucional e dos alunos, submetendo a a decisões de uma comissão nacional composta por doze membros, nove dos quais nomeados diretamente pelo governo. Em 2004, a Unicamp e a USP não aplicaram o ENADE (versão piorada do provão, criada pelo Sinaes) em seus alunos, invocando a autonomia universitária;

- ▶ a Lei de Inovação Tecnológica transforma a Universidade em prestadora de serviços demandados por empresas e supervaloriza os

chamados docentes empreendedores, capazes de gerar recursos para a instituição e, especialmente, para si próprios.

- ▶ o Prouni transfere para faculdades privadas uma enorme soma de recursos públicos, pretensamente para comprar vagas para jovens carentes, negros e ex-presidiários; sem qualquer preocupação com a formação desses jovens, o governo injeta \$\$\$ em instituições voltadas apenas para o lucro, descompromissadas com a educação, verdadeiros quiosques onde se vendem diplomas. O caráter privatista do governo Lula da Silva é desvelado pelo fato de que com os mesmos \$\$\$ seria possível criar mais vagas nas universidades federais, garantindo uma educação de qualidade para esses jovens; aliás, esses jovens vêm sendo vítimas de propaganda enganosa, acreditando que enfim terão acesso a uma universidade.

- ▶ as Leis de Cotas (tanto do governo federal como do governo Alckmin), demagogicamente, pretendem superar desigualdades que se originam e se cristalizam muito antes do término do ensino médio; sem aprofundar a discussão sobre a importância de minimizar injustiças históricas, dois aspectos devem ser marcados: a) muitas universidades – inclusive a Unicamp – já definiram modos de iniciar o enfrentamento dessa desigualdade e muitas outras estavam em processo de discussão, o que mostra o caráter autoritário da medida; b) não é possível democratizar o acesso à Universidade Pública sem ampliação do nú-

mero de vagas; quando um governo sucateia as universidades federais, deixando-as sem recursos até mesmo para pagar contas de água e luz, não tem direito político e moral de falar em democratização ou justiça social.

▶ as PPPs, ou parcerias público-privadas, oficializam a privatização do Estado, em verdadeiro ataque especulativo aos recursos públicos, concretizando o sonhado capitalismo sem riscos;

Todos estes projetos, muitos encaminhados como Medida-Provisória – o que desvela mais uma vez o autoritarismo do governo –, afetam diretamente a Universidade Pública, atingindo a autonomia didático-científica. Em processo deliberado de destruição da autonomia e soberania nacionais, o governo federal vem cumprindo os compromissos que assumiu com o FMI e o Banco Mundial ainda antes das eleições de 2002. Para os ainda crédulos, basta acessar as páginas desses organismos internacionais.

Porém, ainda faltava a cereja a enfeitar o bolo envenenado; ela foi colocada no início de dezembro e, como seria de se esperar, traz uma dose ainda maior do mesmo veneno: o ante-projeto de reforma da educação superior.

O documento infelizmente comprova que nossas análises no decorrer de 2004 ainda estavam aquém da realidade; tão preocupante quanto o conteúdo é o método adotado, autoritário e populista. O prazo de 60 dias para sugestões e críticas, que segundo o ministro da Educação comprovaria o caráter democrático do projeto e do governo, cumpre o papel de marketing políti-

co, ludibriando ainda mais a população. Várias instituições e organizações protestaram contra a exigüidade do tempo, que inviabiliza discussões. A urgência permite perguntar: quem pressiona o governo federal?

O conteúdo do ante-projeto concretiza a destruição não da universidade que sonhamos, mas da que existe hoje. Com normas rígidas e autoritárias, define fórmulas prontas para os estatutos, o planejamento a curto e médio prazo, a avaliação, os modos de escolha dos dirigentes e outras questões, na contramão de avanços que vêm sendo conquistados nas diferentes universidades, na democratização de suas relações internas e de sua interação com a sociedade.

Para coroar, a previsão de financiamento para as universidades federais, que vem sendo alardeada como grande aumento do repasse, é inferior ao orçamento atual, que em 2004 exigiu uma suplementação de 700 milhões de reais para pagamento de contas de água, luz e telefone.

Em síntese, as universidades terão autonomia para se virarem para arrumar recursos no mercado e para atender às normas do governo, inclusive na execução de programas de governo (frise-se: de governo!), inclusive no campo social.

Não é por acaso que algumas Universidades Públicas, aquelas com maiores graus de liberdade de expressão, têm manifestado críticas ao projeto. (v. documento oficial da USP, neste boletim e documento do Fórum de Pró-Reitores de Graduação do Sistema Público de Ensino Superior – FORGRAD – em [www.adunicamp.org.br](http://www.adunicamp.org.br)).

## A filiação à CUT

Há um fato inquestionável, que deve ser enfrentado com urgência: a CUT tem assumido cada vez mais posições que a transformam em correia de transmissão do governo Lula da Silva e dos setores majoritários do PT.

Em 2003, quando os funcionários públicos – especialmente os professores universitários – foram atacados pelo governo, seja no conteúdo da contra-reforma da previdência ou nos discursos que tentavam caracterizá-los como ociosos, privilegiados, elitistas *etc.*, a direção da CUT defendeu um projeto que nos roubou direitos historicamente conquistados e também se apropriou de nossas

contribuições para a seguridade social.

Em 2004, frente às propostas de destruição da educação superior, novamente a CUT defende incondicionalmente a proposta de Lula da Silva, indo contra as manifestações de sua base. Lembremos que o atual presidente da CUT, assim como o anterior, Vicentinho, prestaram-se ao papel de garotos-propaganda de uma universidade privada – Uniban –, em *outdoors* espalhados por São Paulo.

Os problemas não param aqui: a direção majoritária da CUT defende intransigentemente a reforma sindical, tentando desqualificar críticas a esse projeto, até

mesmo de membros da diretoria nacional. Lembremos que esse projeto destrói o sindicalismo de base e transfere todo o poder – e os recursos, lógico – às centrais sindicais, cristalizando a burocracia sindical que já existe nas centrais e nos fundos de pensão.

A questão básica reside em como enfrentar essa situação. Devemos continuar filiados a uma central que não só não nos representa, mas atua contra nós? A CUT ainda está em disputa? Se acreditamos que sim, como vamos atuar? Se acreditamos que não, qual o momento mais adequado para desfiliação? Não podemos postergar esta discussão!

## O sindicato chapa branca

Em dezembro de 2004, no Caderno Adunicamp “Governo Lula institucionaliza o neopeleguismo sindical: o ataque ao Andes-SN”, publicamos documentos que apontam a articulação no interior do MEC da criação de um sindicato chapa branca, para tentar destruir o Andes-SN. Denominado de Proifes, essa entidade tem como diretoria membros da chapa 2, que perdeu as eleições para o Andes-SN em 2004.

Recentemente, o ministro Tarso Genro, menos de dois meses após a criação, incluiu essa entidade entre as que participam da mesa de negociações sobre a carreira docente nas IFES. Ressalte-se que todas as demais organizações participantes possuem grande representatividade política e histórica, seja entre seus representados, seja perante a sociedade civil.

A Andifes (Associação

Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), que participa da mesa de negociações, não reconheceu a criação, não aceitando que seu presidente participasse de uma reunião. Mais recentemente, a regional paulista da SBPC divulgou carta encaminhada ao presidente da SBPC – entidade que participa também das negociações – criticando o relacionamento MEC-Proifes (leia o texto nesse boletim).

# Regional SP da SBPC critica sindicato chapa branca

## CARTA DO CONSELHO REGIONAL DA SBPC-SP AO PRESIDENTE ENNIO CANDOTTI SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA SBPC NO GT DO MEC

Recentemente o MEC criou um Grupo de Trabalho (GT, portaria 4092 de 9 de dezembro de 2004) que tratará de estudar alterações na carreira dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFEs), especialmente no que diz respeito à Medida Provisória 208 (MP208) que instituiu mudanças nos critérios de concessão da GED (Gratificação de Estímulo à Docência). Para composição deste GT, o MEC convidou representantes da SESU, ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), o ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e dois docentes representantes da entidade denominada Pro-IFES.

Desde 1998 com a implantação da GED à revelia dos docentes das instituições federais, a categoria vem buscando a extinção desta gratificação e incorporação dos valores ao salário, já que este representa menos de um terço da remuneração total recebida pelos docentes das IFEs. Ou seja, os rendimentos dos docentes constituem-se

principalmente de gratificações, sendo que a GED representa em alguns casos mais de 50% do salário. A incorporação do valor GED ao salário, visa valorizar o trabalho docente no ensino, na pesquisa e na extensão. É necessário também estudar alterações e adequações da defasada carreira docente, que permitam valorizar a atividade docente como um todo, com base no mérito. A avaliação pela carreira, é uma alternativa à avaliação produtivista que hoje é feita e que se baseia apenas em números, contabilizando pontos para a premiação por hora-aula, como acontece com a GED. No ano passado, o governo criou a MP208, que fixou a GED de 2004 em 145 pontos. A medida também estabeleceu um prazo de 150 dias para elaboração de normas que possibilitassem a GED atingir 175 pontos, criando um novo sistema de competição por pontuação e aprofundando o caráter produtivista da já execrada GED.

Em reuniões realizadas em diversas IFEs, inclusive na UNIFESP, os docentes rejeitaram a continuidade e a ampliação da GED, reivindicando

do a extinção e incorporação da mesma aos salários. Neste sentido, o ANDES-SN, que é o Sindicato dos Docentes, democrática e historicamente constituído e com diretoria eleita, busca reunir as informações de todas as Universidades Federais para apresentar posição coletiva. Para isso, conta com instâncias abertas e democráticas de decisão, que são as reuniões do setor das Federais, composta por representantes de todas as IFEs que compõem o ANDES-SN. Nestas reuniões, a GED tem sido sistematicamente rejeitada pela esmagadora maioria das Universidades, ou seja, os docentes desejam uma carreira justa e digna e o fim de uma gratificação que avilta a condição e o trabalho docente. Reconhecemos, portanto, a importância de ter o ANDES-SN como representante cujos membros foram democraticamente eleitos pelos docentes e pelas instâncias da entidade. O ANDES-SN é uma entidade sindical, cujas decisões são coletivas e na qual as diferenças são respeitadas e podem ser expressas, há espaços para isso. Não concordamos, portanto, com a presença de membros do Pro-IFES no GT, pois não está claro a quem representam, pois não foram eleitos para esse papel. No máximo, pode-se dizer que os dois docentes presentes na comissão representam os docentes de suas universida-

des. Mesmo assim, não temos conhecimento de que tenham sido designados para tal tarefa por pleito eleitoral direto. Não nos parece adequado que organizações paralelas, apresentem-se agora para compor o GT. De fato, o que nos causa maior estranheza é a afirmação do próprio Ministro da Educação, em reunião com o ANDES-SN, que a inclusão do Pró-IFES no GT seja uma posição política dele Ministro (circular nº 439-04 do ANDES-SN). Resta-nos apenas perguntar se interessa ao MEC dividir e enfraquecer a representação docente neste GT.

Entendemos que no GT será importante a representação dos Reitores das Instituições que trarão as posições dos dirigentes, que historicamente têm também defendido a carreira docente e a extinção da GED. Entendemos que a presença da SBPC nesta comissão é também importante, já que a mesma tem entre seus membros eleitos um número elevado de docentes das federais e é constituída historicamente. Nossa posição, portanto, é que não cabem nesta comissão outras entidades que não sejam o ANDES-SN, a ANDIFES e a SBPC.

**Secretaria Regional SBPC-SP  
e Conselho Regional**

# USP critica projeto de reforma universitária

## MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR DA USP ACERCA DO ANTEPROJETO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA APRESENTADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A Universidade de São Paulo considerando a importância político-social do desenvolvimento da educação superior no Brasil, especialmente no que diz respeito à realização dos objetivos fundamentais da República previstos no art. 3º da Constituição Federal, manifesta sua preocupação com a versão preliminar do anteprojeto de reforma universitária apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2004.

Conscientes da extrema relevância do tema, vários setores da Universidade vêm promovendo discussões sobre a reforma universitária há algum tempo. Dentre as diversas iniciativas, pode-se mencionar o seminário realizado pela Pró-Reitoria de Cultura em outubro de 2004, o ciclo de conferências iniciado em novembro de 2004 no Instituto de Estudos Avançados e o Seminário do Programa Especial de Treinamento – PET, promovido pelo corpo discente aos 23/10/04 e voltado exclusivamente ao seu debate.

Com a divulgação “on line” da versão preliminar do anteprojeto pelo MEC em dezembro de 2004, e a fixação do prazo para manifestação da sociedade até 15/02/05, o Conselho de Graduação realizou sessão extraordinária aos 06/01/05, com a finalidade de examinar o documento oficial então veiculado. Na oportunidade, sob a Presidência da DD. Pró-Reitora de Graduação, Profa. Doutora Sonia Teresinha de Sousa Penin, com a presença do DD. Vice-Reitor, Prof. Dr. Helio Nogueira da Cruz, dos Pró-Reitores de Pós-graduação, Profa. Dra. Suely Vilela, de Pesquisa, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, Prof. Dr. Rui Alberto Correa Altafim, Pró-Reitor Substituto de Cultura Extensão, além de Prof. Dr. Ângelo Luiz Cortelazzo, Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, Profa. Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri, Secretária Geral da USP, Diretores de Unidades, membros das Câmaras do Conselho Universitário, e

membros do Conselho de Graduação da Universidade de São Paulo, os presentes deliberaram conforme documento anexo que integra esta manifestação.

A despeito dos princípios que orientam a reforma e dos aspectos positivos que apresenta, com especial destaque para a possibilidade de efetiva concessão da autonomia prevista no art. 207 da Constituição Federal para as universidades federais, o ante-projeto, no geral, tende a desqualificar o conhecimento.

É o que se infere diante da relativização da pesquisa como instrumento básico de desenvolvimento e de avaliação das atividades acadêmicas, do viés assistencialista que permeia várias de suas disposições e da vulnerabilidade das universidades a ingerências externas, medidas que se contrapõem aos critérios de mérito e à liberdade de ensino que necessariamente devem orientar a educação superior e as atividades universitárias, e que não asseguram “a consolidação de uma Nação soberana, democrática,

inclusiva e capaz de gerar emancipação social” pretendida pela reforma.

De outra parte, o anteprojeto apresenta inúmeras inconstitucionalidades no que diz respeito à forma federativa, à independência dos poderes, à autonomia universitária, à autonomia das instituições privadas, a princípios educacionais e a algumas das garantias que tornam efetivo o dever do Estado com a educação, promovendo, ademais, alte-

rações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 1996) e do Plano Nacional de Educação.

Diante do exposto a Universidade de São Paulo reitera que o prazo assinalado para manifestação da comunidade acadêmica é demasiado exíguo, prejudicando a apresentação de sugestões tendentes a eventual aperfeiçoamento do escopo da lei. Reitera ainda que a ser mantida essa versão, a aprovação do

anteprojeto pode gerar efeitos de médio e longo prazo, comprometedores da qualidade da formação educacional dos brasileiros e de instituições de ensino superior que têm apresentado alto desempenho no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade e que têm reconhecidas esta condição pela sociedade.

São Paulo, 20 de janeiro de 2005

**Prof. Dr. Adolpho José Melfi**  
**Reitor da USP**

## Reajuste de 7,06% em 2004: este o resultado de nossa luta!

Conforme anunciamos em 13 de dezembro de 2004, nossa mobilização em 2004 conquistou um reajuste salarial acima da inflação no período abril 2003 / abril 2004.

Relembrando: em agosto, somente após 66 dias de greve – e exatamente por isto –, nossos salários foram reajustados em 4,18% e em janeiro de 2005 seria aplicada a fórmula baseada na arrecadação do ICMS em 2004. Em maio, as previsões do Fórum das Seis indicavam uma arrecadação de 33,4 bilhões,

contra os 31,114 previstos pela Secretaria da Fazenda. Ao final do ano, a arrecadação foi R\$33,597 bilhões, ligeiramente acima (menos de 0,5%) dos cálculos do Fórum das Seis.

Resultado final:

1. reajuste de 2,76% em janeiro;
2. 7,06% de reajuste em 2004, contra uma inflação de 4,37% segundo o ICDIEESE.

É importante lembrar que precisamos estar mobiliza-

dos para nossa próxima data base, em maio de 2005, quando teremos que conquistar a recuperação da inflação de abril de 2004 a abril de 2005 e de perdas passadas.

Não podemos nos esquecer que nosso salário depende de nossa luta. Nossa mobilização é fundamental para a defesa de nossas condições de trabalho e da Universidade.

**O futuro da  
Universidade Pública  
depende de nossa luta!**